



Avaliação,
Políticas
e Expansão
**da Educação
Brasileira 10**

**Willian Douglas Guilherme
(Organizador)**

 **Atena**
Editora
Ano 2019

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)

Avaliação, Políticas e Expansão da
Educação Brasileira 10

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
A945	Avaliação, políticas e expansão da educação brasileira 10 [recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira; v. 10) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-467-2 DOI 10.22533/at.ed.672191007 1. Educação – Brasil. 2. Educação e Estado. 3. Política educacional. I. Guilherme, Willian Douglas. II. Série. CDD 379.981
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O livro “Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira” contou com a contribuição de mais de 270 artigos, divididos em 10 volumes. O objetivo em organizar este livro foi o de contribuir para o campo educacional e das pesquisas voltadas aos desafios atuais da educação, sobretudo, avaliação, políticas e expansão da educação brasileira.

A temática principal foi subdividida e ficou assim organizada:

Formação inicial e continuada de professores - **Volume 1**

Interdisciplinaridade e educação - **Volume 2**

Educação inclusiva - **Volume 3**

Avaliação e avaliações - **Volume 4**

Tecnologias e educação - **Volume 5**

Educação Infantil; Educação de Jovens e Adultos; Gênero e educação - **Volume 6**

Teatro, Literatura e Letramento; Sexo e educação - **Volume 7**

História e História da Educação; Violência no ambiente escolar - **Volume 8**

Interdisciplinaridade e educação 2; Saúde e educação - **Volume 9**

Gestão escolar; Ensino Integral; Ações afirmativas - **Volume 10**

Deste modo, cada volume contemplou uma área do campo educacional e reuniu um conjunto de dados e informações que propõe contribuir com a prática educacional em todos os níveis do ensino.

Entregamos ao leitor a coleção “Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira”, divulgando o conhecimento científico e cooperando com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Boa leitura!

Willian Douglas Guilherme

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A BILDUNG E A GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA	
Munir José Lauer	
Carmem Lucia Albrecht da Silveira	
DOI 10.22533/at.ed.6721910071	
CAPÍTULO 2	11
A JUSTIÇA E A META 19: QUESTÕES EM TORNO DO CONCEITO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA	
Carmem Lúcia Albrecht da Silveira	
Rosimar Serena Siqueira Esquinsani	
DOI 10.22533/at.ed.6721910072	
CAPÍTULO 3	20
A LEGISLAÇÃO MUNICIPAL DE CURITIBA SOBRE O PROVIMENTO DAS FUNÇÕES DE DIREÇÃO ESCOLAR NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO	
Renata Riva Finatti	
DOI 10.22533/at.ed.6721910073	
CAPÍTULO 4	36
BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA PROUNI: UMA ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE PERMANÊNCIA DOS BOLSISTAS E O CONTEXTO DE PARTICIPAÇÃO NA POLÍTICA PÚBLICA	
Leonardo Nascimento de Lima	
Lorena Machado do Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.6721910074	
CAPÍTULO 5	47
CHARTER SCHOOLS E CONTRATOS DE GESTÃO NA EDUCAÇÃO: DEBATENDO SOBRE LIMITES E POSSIBILIDADES PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA	
Henrique Dias Gomes de Nazareth	
DOI 10.22533/at.ed.6721910075	
CAPÍTULO 6	57
CULTURA POLÍTICA E EDUCAÇÃO: ANÍSIO TEIXEIRA (1951 A 1964)	
Pedro Henrique Nascimento de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.6721910076	
CAPÍTULO 7	70
DIFICULTADORES NA GESTÃO ESCOLAR MUNICIPAL EM BOA VISTA/RR	
Eduardo Tarragó	
Saiuri Totta Tarragó	
DOI 10.22533/at.ed.6721910077	
CAPÍTULO 8	84
DIVULGANDO O IFPR – O CONHECIMENTO ALÉM DAS SALAS	
Leandro Rafael Pinto	
Wilson Lemos Junior	
DOI 10.22533/at.ed.6721910078	

CAPÍTULO 9	101
GESTÃO DEMOCRÁTICA: AÇÕES VIVENCIADAS EM ESCOLAS DE TEMPO INTEGRAL NA ZONA LESTE DE MANAUS-AM	
Francisca Arlete Costa de Oliveira Márcio Silveira Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.6721910079	
CAPÍTULO 10	114
PROCESSOS PARTICIPATIVOS NA CONSTRUÇÃO DOS PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO: REFLEXÕES E PRÁTICAS EM AÇÃO	
Luciane Spanhol Bordignon Eliara Zavieruka Levinski	
DOI 10.22533/at.ed.67219100710	
CAPÍTULO 11	127
RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	
Emeline Dias Lódi	
DOI 10.22533/at.ed.67219100711	
CAPÍTULO 12	135
A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DIDÁTICO NA ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL	
Rosa Maria da Silva Kátia Cristina Nascimento Figueira	
DOI 10.22533/at.ed.67219100712	
CAPÍTULO 13	145
AÇÕES INTEGRADORAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA: RESULTADOS DE UMA INTERVENÇÃO DIDÁTICA COM MATERIAIS DE BAIXO CUSTO	
Nirlei Terezinha Teodoro Paulo Vitor Teodoro de Souza Nicéa Quintino Amauro	
DOI 10.22533/at.ed.67219100713	
CAPÍTULO 14	151
EDUCAÇÃO INTEGRAL: UMA ANÁLISE DOS PROGRAMAS MAIS EDUCAÇÃO E NOVO MAIS EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DE GOIÁS	
Deuzeni Gomes da Silva Sônia Santana da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.67219100714	
CAPÍTULO 15	159
ENSINO MÉDIO NO CAMPO E AS (IM)POSSIBILIDADES DE FORMAÇÃO INTEGRAL A PARTIR DA LEI 13.415 DE 2017	
Claudemir Lourenção	
DOI 10.22533/at.ed.67219100715	
CAPÍTULO 16	174
INSTRUMENTOS ORGANIZACIONAIS DO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO INTEGRAL: UM ESTUDO NO ÂMBITO DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO	
Madison Rocha Ribeiro Genylton Odilon Rêgo da Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.67219100716	

CAPÍTULO 17	189
INTEGRAÇÃO CURRICULAR E FORMAÇÃO INTEGRAL: TRAJETÓRIAS E INTER-RELAÇÕES	
Jane Bittencourt Ilana Laterman	
DOI 10.22533/at.ed.67219100717	
CAPÍTULO 18	204
O PAPEL DO COORDENADOR NA EDUCAÇÃO INTEGRAL E INTEGRADA DE UMA ESCOLA PÚBLICA DA REDE ESTADUAL DE MINAS GERAIS	
Evaldo Batista Mariano Júnior Márcia Helena Silva de Oliveira Valeska Guimarães Rezende da Cunha	
DOI 10.22533/at.ed.67219100718	
CAPÍTULO 19	215
PROJETO GUAPORÉ DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM ARIQUEMES-RO: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA INTERRUPÇÃO DO PROGRAMA	
Francisco Roberto da Silva de Carvalho Silvana de Fátima dos Santos Carmem Tereza Velanga	
DOI 10.22533/at.ed.67219100719	
CAPÍTULO 20	226
INTERCÂMBIO CULTURAL E IDENTIDADE JUVENIL	
Sylvia Cristina de Azevedo Vitti	
DOI 10.22533/at.ed.67219100720	
CAPÍTULO 21	240
O TRATAMENTO DA DIVERSIDADE INDÍGENA NUMA ESCOLA MUNICIPAL URBANA DO MUNICÍPIO DE DOURADOS, MS	
Marta Coelho Castro Troquez Elda Do Val Haerberlin Marcelino	
DOI 10.22533/at.ed.67219100721	
CAPÍTULO 22	250
POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS NO BRASIL (2002-2012): UMA REFLEXÃO SOBRE A PRIMEIRA DÉCADA DE COTAS PARA NEGROS	
Paulo Alberto dos Santos Vieira Priscila Martins de Medeiros	
DOI 10.22533/at.ed.67219100722	
CAPÍTULO 23	268
POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NO ÂMBITO ESCOLAR: REFLEXÕES SOBRE UMA EXPERIÊNCIA SENSÍVEL	
Ana Luiza Tomazetti Scholz Luiza Bäumer Mendes Josiane Lieberknecht Wathier Abaid	
DOI 10.22533/at.ed.67219100723	

CAPÍTULO 24	277
RELAÇÕES DE GÊNERO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS: TENSÕES E DISPUTAS NO PNE E NOS PEES E PMEs	
Telmo Marcon	
Ana Lucia Kapczynski	
DOI 10.22533/at.ed.67219100724	
CAPÍTULO 25	290
POLÍTICAS PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR E EVOLUÇÃO DE INDICADORES DE QUALIFICAÇÃO DOCENTE ENTRE 1995 E 2013: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO	
Alexandre Ramos de Azevedo	
DOI 10.22533/at.ed.67219100725	
SOBRE O ORGANIZADOR	308

CULTURA POLÍTICA E EDUCAÇÃO: ANÍSIO TEIXEIRA (1951 A 1964)

Pedro Henrique Nascimento de Oliveira

Universidade Federal do Rio de Janeiro,
Faculdade de Educação
Rio de Janeiro – Rio de Janeiro

RESUMO: A cultura política na educação brasileira, sobretudo no período entre os regimes ditatoriais vividos pelo Brasil (1951-1964), merece um estudo aprofundado. Isso porque o campo educacional atendia aos interesses dos privilegiados, o que impactava fortemente na sociedade e na democracia. Nessa perspectiva, enfocaremos o contexto em que Anísio Teixeira assume a direção da Coordenação Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), nos anos de 1951 e 1952. Procurando observar a partir das obras e das ações de Anísio, o papel desempenhado por ele na administração da educação brasileira. O educador foi o difusor de uma cultura política que desejava constituir uma democracia baseada numa educação pública, universal e gratuita, que garantisse o acesso de todos a uma formação comum, e produzisse conceitos e pensamentos acerca da política, da cultura, e da democracia. Atentando ainda para a interferência efetiva dos interesses políticos e privados na gestão da política educacional de Anísio desejando combater suas ideologias e

práticas.

PALAVRAS-CHAVE: Cultura Política. Educação. Anísio Teixeira. Democracia.

ABSTRACT: The political culture in Brazilian education, mainly in the period between the dictatorial regime lived by Brazil, deserves a thorough study. This because educational field served the interest of the privileged, which had a strong impact on society and democracy. In this perspective we will focus on the context in which Anísio Teixeira takes the management of the National Coordination for Improvement of upper-level staff (CAPES - in Portuguese) and the National Institute of Pedagogical Studies (INEP- in Portuguese), in the years of 1951 and 1952. Observing from the works and actions of Anísio, the role he unleashed in Brazilian education. The educator was the diffuser of a political culture that wanted to build a public, universal and unpaid education, which would guarantee access for all to a common formation, and would produce concepts about policy, culture and democracy. Attempting also for the effective interference of political and private interests in Anísio's educational policy management, trying to combat his ideologies and practices.

KEYWORDS: Political Culture. Education. Anísio Teixeira. Democracy.

1 | INTRODUÇÃO

Esse artigo se trata de uma monografia apresentada como conclusão do curso de História da Universidade Federal Fluminense. A reflexão a que se propôs esse trabalho concerne na análise da conjuntura política em que está inserido o campo educacional no período de 1951 a 1964. A fim de perceber os embates ocorridos entre o desejo da formação de uma cultura política por Anísio Teixeira e a interferência dos interesses privados na educação brasileira desse período.

Para isso, foi necessário observar a atuação de Anísio Teixeira na CAPES (Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e no INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais), através de sua administração educacional, de suas propostas políticas e de sua produção bibliográfica, para que se pudesse notar o quanto ele foi fundamental para a formulação e o desenvolvimento de uma cultura política na educação brasileira, que servisse de base para uma posterior consolidação da democracia no país, bem como os entraves que enfrentou durante a reconfiguração das políticas educacionais no Brasil.

Muito mais do que analisar a atuação de Anísio Teixeira no campo educacional brasileiro, buscamos nesse trabalho, a partir da utilização das obras de Anísio como fontes, pensar a implementação de uma cultura política na educação através da administração do sistema educacional empreendida por Anísio Teixeira no período. Isto é, com base no conceito de cultura política realizamos uma releitura das obras e das posturas adotadas por Anísio Teixeira nas décadas de 1950 e 1960.

Isso porque a cultura política na educação brasileira, sobretudo no período que se encontra entre os dois golpes que originaram regimes ditatoriais vividos pelo país (1951-1964), merece um estudo aprofundado. Já que as influências no campo educacional, que, até então, atendia aos interesses dos que desejavam manter seus poderes e privilégios, ocorriam por conta da estratificação que marcava a sociedade brasileira dominada pela elite, o que impactava fortemente na consolidação da democracia que ainda se encontrava em sua gênese.

Como a cultura política engloba a história política, social e econômica, ela nos permite compreender a História por diversos vieses. Ela não é uma ideologia ou um conjunto de tradições. São diversos elementos que possuem entre si uma relação muito próxima e que irão compor uma coisa só. Por serem diversos elementos analisados, as visões também serão múltiplas. Partindo dessa compreensão sobre cultura política, escolhemos esse aporte conceitual a fim de perceber os desafios encontrados por Anísio Teixeira na implementação de mudanças na educação, que para ele, deveria ser uma formação básica do povo brasileiro, uma formação do cidadão comum da democracia. De modo que a mesma tivesse o mínimo necessário para garantir o acesso a todos e, conseqüentemente uma formação crítica e cultural capaz de constituir o indivíduo como cidadão.

Por se tratar de uma conjuntura marcada pela continuidade das perseguições,

repressões e reações às mudanças democráticas propostas, escolhemos as décadas de 1950 e 1960 como delimitação temporal com a finalidade de enfatizar o esforço de Anísio Teixeira na desconstrução da ideia de educação como privilégio, e na conscientização da educação como direito. Visto que, embora estivesse na gênese da experiência democrática brasileira, Anísio teve que enfrentar fortemente as resistências aristocráticas da nossa história, que não permitiram que a escola pública, de educação comum, se caracterizasse integralmente.

Inicialmente, ilustramos a interface entre cultura, sociedade e educação que Anísio buscou realizar em sua atuação na CAPES e no INEP de 1951 a 1964, a partir de um breve panorama da conjuntura educacional brasileira do período. Em seguida, introduzimos as discussões de Anísio sobre a escola pública, universal e gratuita, a partir do estudo de suas obras do período como fonte. Realizamos ainda, através da releitura das obras de Anísio, uma reflexão de suas discussões e pensamentos acerca da realidade educacional brasileira e sua relação com a democracia, bem como da formação de uma cultura política *anisiana*.

A seguir, realizamos um breve debate historiográfico sobre cultura política e sua inserção na educação brasileira por Anísio Teixeira. Abordando, sobretudo, o conceito de cultura política trazido por Serge Berstein, ponto de partida para a observação da cultura política na esfera educacional brasileira a partir de Anísio Teixeira. Juntamente a isso, ilustramos a partir da análise da cultura política nas obras de Anísio, a sua atuação pedagógica democratizante, que constitui um dos grandes devotamentos de sua cultura política.

Por último, são apontados os desafios e os entraves enfrentados na formação e consolidação da cultura política na educação brasileira sob a atuação de Anísio Teixeira. A partir, novamente da releitura de suas obras, a fim de refletir as dificuldades que Anísio teve na implementação de suas propostas políticas durante sua atuação como administrador da educação. Para melhor ilustrar os entraves encontrados na luta assumida por Anísio pela democratização da educação, e pelo fim da educação como privilégio, apresentaremos ainda a postura da Igreja frente à política educacional empreendida por Anísio, a partir do Memorial dos Bispos Gaúchos de 1958, mostrando o apoio recebido por ele diante desse episódio. Buscamos assim, salientar que a secularização da educação era uma das bases da cultura política *anisiana*.

Como podemos notar, a análise da atuação de Anísio Teixeira nos anos de 1951 a 1964 é um desafio custoso e laborioso ao historiador pela densidade de suas ações e obras nesse período. Entretanto, justamente pela notoriedade alcançada por Anísio pela forma intensa como conduzia suas reflexões e mudanças implementadas, a análise de suas posturas, discursos, obras e atividades administrativas nos permitem compreender a conjuntura educacional do contexto em que ele se encontra como um todo. Isso porque, Anísio apresentava suas novas propostas políticas educacionais junto às críticas ao modelo do sistema educacional anterior. E nisso se constituía a base da cultura política *anisiana* que via a educação como uma das bases para

democracia, entretanto muito mais do que reconfigurar o âmbito educacional, desejava reformulá-lo, a fim de reestruturar o modo de se pensar, e de se fazer a educação no Brasil.

Portanto, partir de Anísio Teixeira para entender a cultura política na educação nos anos de 1951 a 1964, constitui o propósito crucial deste trabalho, que visa, sobretudo, trazer a importância da atuação de Anísio Teixeira como reformador do sistema educacional brasileiro. Enfatizando que mesmo em meio a um período democrático, foram grandes os desafios e os entraves contra a cultura política *anisiana*. E que mesmo assim, Anísio não deixou de promover a conscientização de que a educação é um direito de todos, e deve ser pública, universal e gratuita por ser fundamental para a formação nacional do povo brasileiro. Isso posto, tentaremos a partir do aporte conceitual de Serge Berstein, da extensa pesquisa de Clarice Nunes sobre Anísio Teixeira, somados a uma vasta bibliografia, analisar as obras de Anísio Teixeira a fim de investigar a transformação da educação brasileira a partir de uma cultura política *anisiana*.

2 | A CULTURA POLÍTICA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA SOB A ATUAÇÃO DE ANÍSIO TEIXEIRA.

Em todas as suas ações na CAPES e no INEP, Anísio voltava-se para a preocupação com os déficits da realidade nacional educacional; com o estreitamento da relação entre Estado, educação e educadores; com a “unidade nacional”, uma unidade sempre contraposta às imagens da fragmentação; com as investigações sociológicas e antropológicas da educação; com uma pesquisa social que favorecesse a reorganização da educação escolar; e, sobretudo com a expansão de uma educação pública, universal e gratuita.

Nisso vemos, que o cenário político educacional dos anos 1950, marcado pela atuação de Anísio Teixeira, contou com tamanha criatividade e esforço no enfrentamento dos desafios tangentes a realidade educacional brasileira. Isso porque, era necessário “recuperar o tempo perdido” para compensar as lacunas deixadas pelo Estado Novo na pesquisa em educação e na universalização da educação, como direito de todos e dever do Estado.

Portanto para compreendermos a conjuntura educacional brasileira das décadas de 1950 e 1960 torna-se imprescindível uma melhor apreensão da figura e da contribuição de Anísio Teixeira, visto que teve importante papel e atuação na reformulação do pensamento teórico e da prática educativa no Brasil. Sendo um grande impulsionador, em toda sua vida e ação, de uma experiência reflexiva que viesse a favorecer um projeto democrático a partir da filosofia da educação. Pensar a interface entre sociedade, educação e cultura no período, é necessariamente rememorar a trajetória incansável do grande educador, Anísio Teixeira.

Pensar e fazer nesse filósofo da educação, que é, ao mesmo tempo, um organizador da educação, são tempos da mesma atividade, tempos que se ajustam, se completam, afirma Hermes Lima em seu depoimento sobre Anísio Teixeira. Segundo ele, Anísio não formula pensamentos e ideias para parecer inteligente, ou erudito. Pensa para realizar uma obra. E vemos ainda, que Anísio deseja que sua produção intelectual alcance os leitores a que se destina, de modo a torná-los agentes transformadores da realidade em que vivem e atuam. Sem essa finalidade, para ele, não havia sentido em produzir textos ou proferir discursos.

As páginas de seus livros constituíam um apelo à consciência nacional no sentido de fazê-la reconhecer na educação, uma condição “para a unidade de uma cultura em processo de diversificação e florescimento”, isto é, propunha com isso, uma reconstrução educacional a partir do conhecimento detalhado de nossa diversidade cultural como base para a reestruturação social no Brasil. Aborda ainda, que se deve ter na escola primária, a instituição básica da cultura e do pleno desenvolvimento do povo brasileiro. Ademais, Anísio ainda visava em suas publicações, formular a teoria democrática da educação a ser incorporada à organização legal e institucional da educação, por intermédio dos sistemas estaduais de educação estabelecidos pela Constituição Federal.

Nota-se, portanto, que seus livros, muito mais do que meras produções intelectuais, eram sua forma de inovar e alimentar o debate sobre a realidade e a identidade cultural brasileira, de modo a acertar contas com a experiência colonizadora no Brasil, recriando a função docente, que, em sua perspectiva, incluía também a pesquisa das culturas locais e a interpretação das demandas educacionais das comunidades, conforme apresenta Clarice Nunes, numa das reedições de *A educação e a crise brasileira*.

Considerando isso, analisamos brevemente alguns aspectos de três obras de Anísio que se encontram em momentos tensos e fecundos de sua atuação, são elas, *A educação e a crise brasileira* (1956), *Educação não é privilégio* (1957) e *Educação é um direito* (1968). Nelas, podemos observar a luta árdua de Anísio pela reconstrução da educação escolar no Brasil através da reformulação da consciência do corpo do docente, do desenvolvimento de pesquisas para a investigação das diferentes realidades e do rompimento da separação em duas redes de escolarização: a rede primária profissional para os pobres e a rede secundária superior para os privilegiados.

Nas duas primeiras obras citadas acima, notamos o quanto o desejo de Anísio pela educação está na raiz da construção de sua identidade como educador e sustenta uma obra de fôlego no campo da administração pública, como afirma Clarice Nunes. Na terceira obra de Anísio escolhida para ser analisada, *Educação é um direito*, publicada nos conturbados anos de 1967 e 1968, que o autor na nota explicativa afirma ser a outra face de *Educação não é um privilégio*, encontramos a apresentação da possibilidade de um planejamento da educação pública que exige um Estado democrático, conforme sublinha Luiz Felipe Perret Serpa.

Com isso, vemos que toda produção bibliográfica de Anísio, sobretudo as três citadas nesse trabalho, voltaram-se para a provocação daqueles que estavam ligados à educação brasileira através de proposições de política de educação, pautadas na crença de Anísio numa instância de política anterior ao Estado, lugar em que se busca a unidade da sociedade, que o Estado deverá refletir; e numa noção de democracia, que não se sustenta estritamente na garantia da regra democrática, visto que a forma democrática precisa expressar-se também na sociedade.

Uma breve análise desses três livros nos permite perceber que muito mais do que uma interface entre cultura, sociedade e educação como via de construção de uma democracia que atendesse as demandas vigentes no país e fosse capaz de incluir e atingir os diferentes setores sociais que constituem a nação, Anísio Teixeira em sua atuação e em suas produções bibliográficas buscou incessantemente a partir de uma base filosófica e doutrinal, inspirado em John Dewey, realizar uma leitura comum do passado educacional brasileiro a fim de criar uma projeção no futuro a partir de uma visão institucional e de uma concepção ideal de sociedade, marcada pelo liberalismo presente em seu discurso e pela defesa da democracia.

Como podemos observar, as obras de Anísio trazem em si o peso de uma vida inteira em prol da educação do povo, de uma educação fundada em princípios democráticos, da busca incessante de tentativas de solução aos problemas por ele diagnosticados no sistema educacional brasileiro. Por conta disso, notamos que, juntamente às políticas educacionais implementadas por ele em sua gestão da CAPES e do INEP, suas produções bibliográficas foram grandes ferramentas de divulgação da cultura política *anisiana*, objetivadas a conscientizar a todos que estavam ligados à educação no país, de modo a viabilizar a transformação social da educação apresentada por Anísio em seus discursos, livros e propostas.

Sendo assim, podemos afirmar que seus escritos sobre a educação, além de contribuírem para uma análise crítica sobre o sistema educativo brasileiro e sobre as políticas educacionais que se delinearam ao longo de sua trajetória, são também fontes que viabilizam a averiguação da cultura política *anisiana*, que se constituiu durante a formação e as experiências vividas por Anísio nas décadas de 1920 a 1940. Além de alcançar seu espaço de expansão e difusão no âmbito educacional brasileiro nas décadas de 1950 e 1960. Isso nos permite constatar que mais do que um grande pensador da administração escolar, Anísio foi promotor de uma cultura política que inaugurou uma nova maneira de pensar a educação brasileira.

Nisso podemos notar, que Anísio constituiu em sua prática pedagógica uma cultura política voltada para a valorização do indivíduo e de suas realidades políticas, sociais, e culturais através de uma política educacional que atendesse essas demandas, de modo a estimular a unidade da cultura brasileira, que é na verdade, a unidade dinâmica de uma cultura diversificada, conforme aponta em *A educação e a crise brasileira*. Portanto, a releitura dessas obras de Anísio bem como a análise de sua gestão na CAPES e no INEP, nos permitem observar uma cultura política *anisiana*

que era constituída pela busca do conhecimento dos diferentes sistemas de valores, normas, crenças, representações culturais, condições econômicas das variadas realidades do povo brasileiro a fim de fomentar uma política educacional capaz de atender a todos e de fortalecer a democracia no país.

Retomar a trajetória e as obras de Anísio Teixeira sob a ótica do conceito de cultura política é reconhecer que suas ações estiveram voltadas ao desejo de forjar um âmbito educacional dotado de valores e sentimentos políticos que contribuíssem para a construção de uma cidadania que fortalecesse as bases da democracia em gênese. Para isso, Anísio através de políticas educacionais e da formação comum do povo brasileiro, a começar pela reformulação do pensamento do corpo docente, a partir de suas medidas e produções bibliográficas, buscou em todo tempo fomentar a consciência da necessidade da valorização da diversidade cultural do país, sobretudo na educação, a partir de sua compreensão por meio de estudos e pesquisas.

Isso mostra o esforço incansável de Anísio em inserir na esfera educacional, uma cultura política marcada pela igualdade, pela diversidade, pela laicidade e pela adequação do ensino às múltiplas realidades das diferentes localidades do país. Essa clara e fecunda objetivação que perpassou o trabalho realizado por Anísio ocorreu a partir de sua luta por uma educação pública, universal e gratuita, que considerava ser um forte instrumento para a formação da identidade nacional e valorização da cultura brasileira, que culminariam na consolidação da democracia no país.

O ímpeto de Anísio em promover a educação pública universal, gratuita, e laica, por acreditar ser a mais primária das necessidades para que se conseguisse atingir a democracia, por meio da educação, rendeu-lhe desdobramentos políticos radicais. Basta ver os ataques do campo católico, durante todo o tempo, a ação de Anísio na educação, buscando afastá-lo do cenário educacional e cultural brasileiro, mediante a ação intensa e coordenada da hierarquia da instituição. Sem contar o apoio que o deputado federal Carlos Lacerda deu à Igreja, passando a promover um insistente ataque ao educador baiano e sua equipe até as vésperas do golpe civil-militar, em 1964.

O esforço de Anísio Teixeira em suprimir a utilização do campo educacional brasileiro por interesses políticos, religiosos e econômicos, sendo eles públicos ou privados, que desejavam expandir e consolidar suas redes de influência, bem como seus valores sociais e culturais na sociedade através da formação escolar, uma herança da política educacional do Estado Novo, mesmo sendo um educador liberal, influenciado pela experiência da educação norte-americana, levou-o a ser vitimado pelo preconceito destinado, indistintamente, àqueles que, para os setores conservadores, poderiam atingir o âmago de seus privilégios e interesses econômicos.

Frente a esses embates com os setores conservadores políticos e religiosos, Anísio em suas entrevistas, conferências, discursos e artigos da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos continuava a expor suas críticas ao modelo educacional brasileiro, bem como suas propostas para a renovação do mesmo. Nelas somos

capazes de perceber o que provocava, além da oposição, a necessidade do ataque e do pedido de afastamento de Anísio Teixeira feito pelos bispos católicos do Rio Grande do Sul. A cultura política *anisiana* expressa em seus textos deixa clara a verdadeira revolução transformadora que Anísio desejava para a educação brasileira, tendo como primeira meta o fim da educação como privilégio, atingindo assim diretamente os setores que o atacavam.

Essa reflexão sobre a necessidade de se superar a educação que nos convém a fim de construir um sistema educacional que atenda as demandas do país, bem como seu desenvolvimento marcaram a cultura política *anisiana*, que, ao passo que foi capaz de reformular o campo educacional, foi alvo de grandes entraves à sua formação, difusão e efetiva consolidação no cenário político educacional brasileiro.

A atuação de Anísio na defesa da generalização das oportunidades de educação conduz a conflitos abertos com a Igreja. Isso porque a Igreja detinha um grande número de colégios da rede privada de ensino, além de desejar manter sua influência ideológica, ética e moral no campo educacional brasileiro. Uma ocasião, que pretendemos analisar brevemente a fim de melhor ilustrar a contrariedade da Igreja à cultura política *anisiana*, iniciou-se no ano de 1956. Quando ocorre um forte pretexto para o agravamento dos ataques da Igreja a Anísio, depois que ele pronuncia a conferência de abertura do Congresso Estadual de Educação do Estado de São Paulo, em que defende a imediata instalação de uma campanha nacional pela escola pública, universal e gratuita. Em seu discurso, discorre amplamente sobre a formação histórica e social brasileira e fundamenta a tese educacional central em citações de respeitados educadores do passado.

No auge das mobilizações que se seguiram, pró e contra Anísio, em 1958 a luta pela educação pública arrebatava amplos setores organizados da sociedade brasileira, desde intelectuais e sindicalistas, favoráveis a Anísio, a setores conservadores da política e da religião, favoráveis à Igreja. O enfrentamento deu lugar a manifestos e passeatas, chegando o assunto a ocupar com frequência as manchetes e editoriais dos principais jornais do País. Em 23 de fevereiro de 1958, o arcebispo metropolitano de Porto Alegre, Dom Vicente Scherer, aproveitando as comemorações pela passagem do 11º aniversário de sua sagração, discursou, na Catedral Metropolitana, sobre a questão educacional. Ele fez um discurso que se caracterizou por ser um manifesto em defesa das concepções educacionais da Igreja Católica e um ataque aberto à pessoa de Anísio Teixeira.

O discurso, intitulado “Pela liberdade do ensino”, dirigia-se abertamente ao ministro da Educação Clóvis Salgado e afirmava que era preciso observar a força de grupos ateístas que promoviam “a ação destruidora das forças da negação e do mal.” O arcebispo alertava para a ação desse “grupo poderoso” que, no interior do MEC, renunciava à “consciência cristã e católica do País” e promovia a laicização do ensino e o materialismo da vida, através de uma “campanha ardilosa” contra o ensino privado, ou seja, o ensino promovido pelas instituições católicas. O arcebispo defendia

que cabia às famílias o direito natural e inalienável de decidirem sobre a educação dos filhos. Portanto, ao Estado ficaria a responsabilidade de garantir a liberdade de escolha dos pais, ficando interdita qualquer tentativa estatal de sobrepor-se aos desejos familiares. O monopólio estatal da educação rompia com os direitos naturais da família e demonstrava o caráter totalitário do Estado.

A ideia de liberdade de escolha das famílias aparece em oposição ao papel interventor do Estado no conjunto da sociedade. Haveria uma interdependência entre o indivíduo e a sociedade expressa através do núcleo social básico, a família. No discurso do arcebispo, qualquer tentativa de interferir nas decisões individuais indicava o totalitarismo presente nos Estados comunistas, que suprimiam os direitos individuais e políticos, atuando de forma controladora nas instâncias econômicas e sociais e ameaçando a existência do Estado democrático.

Em março de 1958, Dom Vicente lançou com seus pares, o Memorial dos Bispos Gaúchos ao Presidente da República sobre a Escola Pública Única, promovendo novo ataque a Anísio Teixeira. O assunto ganhou a imprensa e o debate público. O *Memorial dos bispos gaúchos ao Presidente da República sobre a Escola Pública Única* foi uma petição de providências ao Presidente da República para a cessação da política educacional adotada em certos órgãos governamentais, que vinha sendo praticada por parte do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) e da Campanha Nacional de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (CAPES).

É notório no discurso do memorial o desejo de combater a cultura política *anisiana* principalmente por um dos seus maiores eixos norteadores, a luta pelo fim da educação como privilégio, que somado a educação como direito de todos e dever do Estado, favorecia a expansão da escola pública, o que ameaçava as instituições confessionais católicas. Também é visível na conclusão do memorial, o desespero do campo católico diante da possibilidade de perda da hegemonia e do controle do sistema educacional.

Diante dessa gestão encaminhada pelos bispos diretamente ao presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, exigindo o afastamento de Anísio dos cargos de direção na Capes e no INEP, e da notícia da provável demissão de Anísio. Um cenário de disputas políticas se configurou, um mar de protestos varreu o país de norte a sul. Na imprensa, nas Assembleias, nos Centros Educacionais, onde houvesse um núcleo de professores havia uma voz em defesa da escola pública. Anísio, entretanto, preferiu não se defender, sequer se justificar. Limitou-se a distribuir uma nota, dizendo o que combatia e o que defendia na educação.

E como fazia nessas ocasiões, aguardou a anunciada tempestade. Ao passo que se iniciou, então, na vida cultural brasileira, de um extremo a outro do país, um dos mais belos e eloquentes movimentos de protesto e solidariedade, que se fez pela manutenção de Anísio na Direção da CAPES e do INEP. Ganhou o movimento tais proporções que se tornou impraticável a Anísio retirar-se voluntariamente. Manifestos de centenas de professores, moções firmadas por dezenas de instituições das

mais prestigiosas, abaixo-assinados de cientistas do maior renome, de escritores e intelectuais nacionais mais representativos, inclusive católicos, foram endereçados à imprensa e ao governo. Por dezenas se contaram os atos públicos de solidariedade, como o do Conselho Universitário da Universidade do Brasil e da Universidade da Bahia.

Partiram das Congregações de mais de uma dezena de estabelecimentos de ensino superior, de órgãos dirigentes de diversos institutos nacionais e regionais de ensino e pesquisa, de Câmaras de Vereadores, de Assembleias Legislativas, da Associação Brasileira de Educação, da Associação Brasileira de Escritores, da União Brasileira de Bibliotecários, da União Nacional de Estudantes, de quatro Congressos de educação reunidos no período, de parlamentares, impressionante número de manifestações, que culminaram no *Manifesto dos educadores mais uma vez convocados*, redigido pelo professor Fernando de Azevedo, publicado pela primeira vez a 1º de Julho de 1959, simultaneamente, por *O Estado de São Paulo* e pelo *Diário do Congresso Nacional*.

Esse manifesto reuniu a assinatura de 189 intelectuais em protesto contra um substitutivo apresentado pelo deputado federal Carlos Lacerda em janeiro 1959, que modificava, em nome da liberdade de ensino e do interesse das escolas particulares, muitos pontos relevantes do anteprojeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, preparado por solicitação do ministro Clementi Mariani em 1948. A tese defendida pelos defensores do substitutivo Lacerda era a de que haveria uma intenção totalitária no preparo das diretrizes da educação, negando-se às famílias o direito de escolherem a educação dos seus filhos.

O manifesto *Mais uma vez convocados* insere-se no quadro de renovação da política e da sociedade brasileira vivenciado entre 1946 e 1964, e deve ser lido como expressão da cultura política de um grupo de intelectuais ligado ao campo educacional desde a década de 1920. Sobre esse grupo, dos “renovadores da educação”, que teve a liderança intelectual de Fernando Azevedo, Anísio Teixeira e Lourenço Filho, em meio a muitas dessemelhanças, pode-se dizer que os uniu mais firmemente foi a determinação em retirar a educação brasileira da sua antiga posição de proximidade com uma visão de mundo católica e conservadora, como também a percepção de que somente através da universalização do ensino fundamental se poderia tornar mais democrática a República no Brasil.

O Manifesto visava muito mais do que prestar solidariedade a Anísio, reagir contra o tipo de pressão sobre ele desabado, visto que não se tratava de um debate de ideias, nem de mobilização do pensamento católico em defesa de sua orientação filosófica e prática no esforço educacional. O desejo do memorial era afastar e penalizar um educador porque pensava diferente. Isso porque a reivindicação da cultura política *anisiana* era de uma escola pública comum como instituição adequada a formar a mentalidade básica popular propícia à consolidação da dignidade do indivíduo e de sua capacitação inicial no trabalho produtivo. E de que essa escola teria de ser missão do

Estado decorria da própria estrutura da sociedade moderna, onde as possibilidades de educação proporcionada pela família não atendem sequer um mínimo de exigências nas condições técnico-industriais dos nossos dias.

Isso mostra que quem retirou a educação da família, não foi Anísio Teixeira, mas a complexidade da estrutura social. A escola pública não é adversa à escola particular, muito pelo contrário, elas coexistem. A escola pública universal comum repousa num consenso moral e intelectual haurido da sociedade como um todo e, por isto, ela é leiga e não confessional. Alegar que esse consenso se achava subvertido pela ação educacional de Anísio, denunciada por conduzir o país à desgraça do materialismo e do socialismo, significava atitude tão sectária, tão distante da realidade que, ao tomar dela conhecimento, a comunidade educacional e cultural do país se indignou e partiu para a solidariedade e o protesto. E por conta disso também, Anísio permaneceu no cargo até 1964.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomar Anísio Teixeira para perceber a cultura política na educação brasileira nos anos de 1951 a 1964 é, sem dúvida, trazer à tona questões pertinentes ao sistema educacional brasileiro vigente, considerando a atualidade da filosofia da educação de Anísio num contexto em que a educação vive tempos sombrios. Este trabalho é um ponto de partida, já que muito mais há de ser analisado, refletido e pensado sobre as obras e as ações de Anísio Teixeira. Entretanto, essa breve análise da conjuntura educacional brasileira em meio ao desenvolvimentismo nacionalista de Juscelino Kubitschek vivido pelo nosso país, nos permite notar, através, sobretudo, de Anísio Teixeira e seus pares, que não somente a economia e a indústria tinham necessidade de “desenvolverem-se”, a educação e as representações da cultura nacional também deveriam passar por adaptações “necessárias” para que o país pudesse alcançar o desenvolvimento.

Nisso vemos, que essa cultura política inserida por Anísio Teixeira na educação brasileira foi uma das saídas encontradas para a superação do arcaísmo brasileiro no que tangia o modelo educacional do período, pois reformulou o pensamento acerca da importância da educação para o desenvolvimento social, político e cultural do país, bem como para a consolidação da democracia. Sem contar a conscientização da educação como direito de todos e dever do Estado, que Anísio empenhou-se em promover através de seus discursos e livros. Com isso, Anísio Teixeira ao propor uma educação pública, a expansão do acesso à escolarização, a descentralização da educação, a formação de professores, e as pesquisas em educação, por seu pragmatismo, fruto da influência de John Dewey, viabilizou e realizou uma série de propostas educacionais, principalmente na Bahia, que lhe garantiram uma notabilidade tal, que favoreceu ainda mais a ampliação de suas redes e espaços de influência.

Por conta disso, Anísio foi capaz de reformular o corpo docente, e conscientizar os seus pares na política educacional a partir de sua filosofia da educação. Expandindo assim a crença no poder de transformação social da educação, e a postulação que a missão da escola pública era modernizar o país, integrando os setores mais pobres da população, promovendo a unidade dinâmica da cultura brasileira diversificada, rompendo assim com a educação como privilégio, o que nos permite perceber o quanto à cultura política *anisiana*, mostrou que o “lugar” da escola pública no país também é um lugar de permanente ressignificação das distâncias entre estratos sociais.

Entretanto não podemos esquecer que, para tornar a educação, a grande expressão do caráter nacional, como desejava Anísio em sua reestruturação e organização do campo educacional brasileiro, foi necessário o devotamento de sua vida, conforme aponta Florestan Fernandes, pois mesmo num período democrático, não foram poucos os desafios e os entraves enfrentados por Anísio. E, sem dúvida, o sua vida, trajetória, escolhas, rupturas, abertura intelectual, formação norte-americana e sua aceitação do subdesenvolvimento do Brasil, fizeram com que Anísio entendesse que as perseguições fazem parte do processo de construção e consolidação de uma determinada filosofia ou ideologia, inclusive contribuem para o fortalecimento das bases do processo.

Anísio não tinha menor amor físico por suas ideias, de maneira que a qualquer convencimento de novas ideias, ele migrava para essas ideias que o convenceram novamente. E, além disso, tinha muita capacidade de antecipação de diagnósticos por sua interpretação analítica e investigativa das coisas. Por conta dessas características, encontradas em alguns depoimentos sobre a personalidade de Anísio Teixeira, podemos entender a sua ambição em relação ao Brasil e ao homem brasileiro, que o levou a formar uma cultura política que fosse capaz de penetrar no campo educacional brasileiro objetivada a reestruturar a reflexão sociocultural que se tinha da educação no período. De modo que a partir da tomada de consciência por aqueles que estavam relacionados ao campo educacional brasileiro, fosse possível a garantia da educação como direito de todos. E conseqüentemente, a consolidação da democracia, que tinha a educação como uma de suas bases fundamentais.

Mesmo tendo discernido algumas questões em torno da política educacional de Anísio Teixeira com a análise realizada nesse trabalho, uma reflexão continuada parece-nos necessária para dar conta da ampla abrangência da cultura política *anisiana*, que aqui teve sua verificação em algumas de suas obras dentre tantas outras que marcaram sua trajetória na administração educacional. Ao realizar esse trabalho, vislumbramos o desdobramento do pensamento e da ação de Anísio Teixeira, mas percebemos a complexidade e amplitude de sua realização para a presente monografia.

Fica-nos aqui o contentamento de que, com Anísio Teixeira, a nossa realidade foi marcada por uma possibilidade histórica de realização democrática em educação. Seguido do compromisso com a continuidade dessa pesquisa a fim de trazer à tona os sentimentos políticos que levaram Anísio a lutar exaustivamente pela educação

frente às tentativas raivosas das forças retrógradas de calá-lo. Bem como a apresentar ainda mais a cultura política *anisiana* presente em sua obra escrita e em sua ação, que constitui o mais profundo esforço de compreensão das condições em que atuam as nossas instituições educacionais e das perspectivas de desenvolvimento cultural que se abrem ao país. Isso tudo, conforme disse Darcy Ribeiro, “*Consciente da dificuldade de condensar, sem simplificações grosseiras e sem deformações graves, uma obra tão densa e copiosa*”, objetivado a assumir o difícil desafio de difundir o conhecimento das linhas essenciais do pensamento educacional de Anísio Teixeira, de modo a renovar o ardor e o ímpeto na luta pela educação brasileira.

REFERÊNCIAS

- BERSTEIN, Serge. “**A cultura política**”. In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François. *Para uma História Cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.
- FERNANDES, F. “Anísio Teixeira e a luta pela escola pública”. In: ROCHA, J.A. de L., Anísio em movimento: a vida e as lutas de Anísio Teixeira pela escola pública e pela cultura no Brasil. Salvador: Fundação Anísio Teixeira, 1992.
- FREITAS, Marcos Cezar de; BICCAS, Maurilane de Souza. *História social da educação no Brasil (1926-1996)*. São Paulo: Cortez, 2009.
- LIMA, Hermes. Depoimento sobre Anísio Teixeira. Disponível em: <<http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/livro7/anisio4.html>>. Acesso em 27 nov. 2016.
- LIMA, Hermes. *Anísio Teixeira: estadista da educação*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1978.
- NUNES, Clarice. *O educador e o ato de educar: o pensamento de Anísio Teixeira*. In: Semana do aniversário da Faculdade de Educação - UFF. Abertura do Ciclo de Palestras “O Centenário de Anísio Teixeira”, Niterói, 23-26 maio 2000. Niterói, UFF/Faculdade de Educação, 2000.
- RIBEIRO, Darcy. Anísio Teixeira, Pensador e homem de ação. In: AZEVEDO, Fernando de e outros. *Anísio Teixeira: pensamento e ação*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1960.
- ROCHA, João Augusto de Lima (org.). *Anísio em movimento – a vida e as lutas de Anísio Teixeira pela escola pública e pela cultura no Brasil*. Salvador: Fundação Anísio Teixeira, 1992.
- TEIXEIRA, Anísio. *Educação não é privilégio*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1957.
- VIANA FILHO, Luís. *Anísio Teixeira: a polêmica da educação*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

SOBRE O ORGANIZADOR

WILLIAN DOUGLAS GUILHERME Pós-Doutor em Educação, Historiador e Pedagogo. Professor Adjunto da Universidade Federal do Tocantins e líder do Grupo de Pesquisa CNPq “Educação e História da Educação Brasileira: Práticas, Fontes e Historiografia”. E-mail: williandouglas@uft.edu.br

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-467-2

